

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 51 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10882982>



A EXTREMA DIREITA E OS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DA ANTIPOLÍTICA BOLSONARISTA

Carlos Alberto Franco da Silva¹

Aumeri Carlos Bampi²

Resumo

O tema deste estudo é o bolsonarismo como fenômeno sociopolítico de extrema direita. A abordagem do tema se volta para dois objetivos, a saber: 1) a análise da ideologia do grupo de massa reacionário bolsonarista; 2) e os rebatimentos geográficos do governo Bolsonaro no território do país. A metodologia se apoia em dois pilares complementares. De início, observa-se um resgate teórico da extrema direita no mundo e a força da sua visibilidade política no bolsonarismo. Para a análise do bolsonarismo, o estudo se apoia na filosofia política de Hannah Arendt e Nietzsche, na filologia da linguagem nazista de Klemperer, na psicologia de grupo e de massas de Freud e na antipolítica nos termos de Leonardo Avritzer. O resultado do estudo assegura que o bolsonarismo assumiu uma raiz fundamentalista cristã, neoliberal, militarista e romântica. Os impactos no território brasileiro se observam no trato das questões ambientais, agrárias, urbanas, geopolítica internacional e na organização em rede política de uma extrema direita refratária à vida na sua pluralidade e ao recurso à luta de classes. A conclusão sustenta que o bolsonarismo constituiu-se em uma ideologia antipolítica de extrema direita fundamentalista cristã, neoliberal e niilista.

Palavras-chave: Antipolítica; Bolsonarismo; Extrema Direita.

172

Abstract

The theme of this study is Bolsonaroism as a sociopolitical phenomenon of the far right. The approach of the theme aims at two goals, namely: 1) the analysis of the ideology of the Bolsonaroist reactionary mass group; 2) and the geographical repercussions of the Bolsonaro government in the country's territory. The methodology rests on two complementary pillars. At first, a theoretical review is carried out of the far right in the world and of the strength of its political visibility in Bolsonaroism. For the analysis of Bolsonaroism, this study resorts to the political philosophy of Hannah Arendt and Nietzsche, Klemperer's philological study of the Nazi language, Freud's group and mass psychology and the antipolitics in Leonardo Avritzer. The result of this study claims that Bolsonaroism have taken non a Christian, neoliberal, militaristic and romantic fundamentalist root. The impacts on the Brazilian territory are observed in the way environmental, agrarian, urban, and international geopolitics' issues are dealt with, and in the political network organization of a far right that is refractory to life in its plurality and to the use of class struggle. The conclusion is that Bolsonaroism was constituted in a fundamentalist Christian extreme right-wing, neoliberal and nihilist antipolitical ideology.

Keywords: Antipolitics; Bolsonaroism; Far Right.

¹ Docente da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: carlosfds1963@gmail.com

² Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC). E-mail: aumeri@unemat.br



ARGUMENTOS INICIAIS

A geografia sociopolítica do Brasil tem sido marcada por uma multiterritorialidade de grupos sociais, por diferentes sociobiodiversidades, por uma pletora de culturas regionalizadas e por conflitos sócio-culturais-produtivos, ambientais e ideológicos. A dinâmica do território do país encerra ainda uma geopolítica de defesa do litoral e das fronteiras sul-americanas, a apropriação capitalista dos recursos do subsolo, a industrialização restringida, a urbanização precarizada para os mais pobres e a destruição de biomas e de territórios de populações tradicionais para a consolidação de commodities agrícola e mineral. A inserção do país na divisão internacional do trabalho cobra seu preço no desmatamento, na extrema pobreza de parcela da população, na dívida pública externa e interna do país e nas diversas formas de lutas de classes nos espaços rurais ou urbanos.

Ao lado das distopias da modernidade à brasileira, ainda se registra a polarização político-ideológica entre os que defendem o bolsonarismo e os partidários do socialismo. No entanto, as polarizações supracitadas silenciam um fato inquestionável: o problema da hegemonia capitalista oligárquica sobre a apropriação dos recursos naturais e sociais do território do país. De fato, o olhar polarizado empobrece a análise da realidade socioespacial brasileira, e pode servir à ideia-força de extremos alienados.

Nesse contexto de polarização política, o recente ressurgimento da ação política de extrema direita via bolsonarismo no Brasil, em aparência é fato novo, mas historicamente não é. O que há é uma espécie de reavivamento de situações latentes, do qual se aproveita um grupo radical político-econômico-religioso para ascender ao poder. Neste sentido, no bolsonarismo, o novo é a explicitação direta do neoliberalismo como única via política econômica numa proposição de um governo autocrático que reacende o fundamentalismo cristão imoral baseado em uma pauta neoliberal que acelera a desconstrução do marco legal ambiental e dos territórios originários (sob intensa pressão do agronegócio, da mineração e produção energética) e abandona a estruturação de políticas públicas sociais de base (educação, saúde, habitação, segurança alimentar, emprego e distribuição de renda e acesso à terra). Os efeitos sociais revelam-se nas desigualdades sociais, no aniquilamento de comunidades indígenas e na intensificação das problemáticas territoriais agrárias e urbanas, assim como nas vulnerabilidades socioambientais e conflitos fundiários.

Neste estudo, a escolha do tema inscreve o bolsonarismo como fenômeno sociopolítico e espacial de relevância nacional. A tese defendida declara que o bolsonarismo constituiu-se em uma ideologia antipolítica de extrema direita fundamentalista cristã, neoliberal e niilista. A antipolítica bolsonarista deve ser entendida como uma retirada dos debates sobre as políticas públicas de combate às



desigualdades sociais e ataque à alteridade social, aos políticos socialistas, à vida dos considerados supérfluos, à preservação ambiental e aos movimentos sociais de esquerda. Nesses termos, a antipolítica bolsonarista atende aos interesses neoliberais, militaristas e de um fundamentalismo ético-moral cristão.

A justificativa do estudo se revela na ascensão de um imaginário coletivo reacionário bolsonarista que se apoia em estratégias em torno de teorias da conspiração, da nostalgia de um passado idealizado, da emergência messiânica do salvador e da recuperação de valores morais cristãos sob suposta ameaça do inimigo progressista e comunista. Entender a natureza desse fenômeno sociopolítico latente e acionado a partir das eleições de 2018, assim como os seus rebatimentos territoriais no país, respalda a escolha do tema.

Assim sendo, a análise da antipolítica bolsonarista requer o atendimento de dois objetivos complementares: 1) a análise da ideologia do grupo de massa de extrema direita; 2) e os rebatimentos geográficos do governo Bolsonaro no território do país.

A fim de cumprir os objetivos do estudo, os procedimentos metodológicos se apoiam em dois pilares complementares apoiados no método exploratório da bibliografia sobre tema da extrema direita de modo a confirmar a tese e no método explicativo de revelação do fenômeno sociopolítico do bolsonarismo. Em síntese, adota-se uma abordagem qualitativa crítico-descritiva, revisando a literatura pertinente sobre o fenômeno político e sua efetivação, bem como a governança bolsonarista e suas implicações socioespaciais no território brasileiro.

Assim, de início, observa-se um resgate teórico-conceitual da força latente do pensamento de extrema direita no mundo e a sua visibilidade política particular no bolsonarismo. De modo a estabelecer um corpo teórico-conceitual de análise, o estudo se apoia na filosofia política de Hannah Arendt e Nietzsche, na filologia de ressignificação da linguagem nazista observada por Klemperer e na psicologia de grupo de massas de Freud e Hannah Arendt. É com base nesses estudos que dois conceitos centrais são apresentados: antipolítica e extrema-direita.

Na etapa de análise dos rebatimentos territoriais da antipolítica do bolsonarismo, utiliza-se um perfil de dados secundários obtidos nos relatórios do MapBiomias (2022), do dossiê do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, do relatório da Comissão Pastoral da Terra (2021), do Instituto de Pesquisa da Amazônia, Nota Técnica do INCRA, dentre outros.

Em termos de estrutura, o estudo se divide em três seções principais: 1) a expansão da extrema direita no contexto neoliberal da última década; 2) a natureza político-ideológica dos valores do bolsonarismo e dos mecanismos de reprodução de uma psicopolítica do grupo de massa de extrema direita; 3) e a análise das antipolíticas geográficas do bolsonarismo no território brasileiro. A estrutura



consiste ainda em seções que abordam o papel das redes sociais e das fake news. Após essas etapas, a conclusão é revelada com base nos resultados da análise crítica desenvolvida.

O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

A arena política mundial tem sido dividida em duas posições ideológicas conceituadas como esquerda e direita. Essas palavras foram significadas politicamente à época da *Assemblée Nationale Constituante* francesa durante o processo revolucionário de 1789. Na ocasião, os girondinos representavam a alta burguesia e ocupavam o lado direito da assembleia, enquanto os jacobinos-pequenos burgueses que defendiam reformas radicais e revolucionárias- ocupavam o setor esquerdo da assembleia. Depois disso, o pensamento político colocou a direita como defensora de uma naturalização das desigualdades sociais sem intervenção do Estado, e a esquerda posicionada na análise das desigualdades como socialmente construídas no âmbito do modo de produção capitalista, cabendo ao Estado o papel de interventor na problemática da pobreza (BOBBIO, 1995).

A partir do século XX, a esquerda tem sido representada por socialistas e comunistas e a direita por capitalistas. Em meio a esse recorte político-ideológico, emergem as chamadas extrema direita e extrema esquerda. O que tem unido esses dois últimos grupos é a defesa de uma sociedade autoritária, ataque à democracia e às liberdades políticas. Assim, a despeito do embate político entre direita e esquerda, observa-se nos dois campos de forças uma regra do jogo demográfico que é ausente na proposta política das extremas direita e esquerda. Talvez fosse necessário encontrar uma outra palavra que definisse esses grupos radicais e avessos à defesa da pluralidade política e sociocultural.

Neste estudo interessa apontar o avanço da extrema direita no mundo e no Brasil, sobretudo na última década. De início, vale lembrar que, em termos globais, a extrema direita é imensamente heterogênea. De acordo com o cientista político holandês Cas Mudde (2022), a extrema direita apresenta um espectro político que pode incluir a *terceira posição*, o falangismo, o nazifascismo, a visão de mundo organicista e essencialista, o revisionismo, o autoritarismo militar, a rejeição da soberania popular democrática e do Estado de bem-estar social, o anticomunismo, o racismo, o nativismo, a oposição ao politicamente correto, o fundamentalismo religioso, o etnopluralismo, anarcocapitalismo, a etnocracia, o Irredentismo, o chauvinismo social e racial, a biopolítica heteroafetiva, o sexismo hostil e outras tendências valorativas ideológicas a depender do seu recorte histórico-geográfico, ou seja, das ondas espaço-temporais extremistas. Hoje em dia, a revolta da extrema direita reside ainda nas crises político-econômicas dos governos autodeclarados socialistas e neoliberais, na corrupção do Estado, no



multiculturalismo, no suposto marxismo cultural, na globalização das migrações, na *islamafobia* etc., assinala o autor.

De acordo com Cas Mudde (2022), uma das questões importantes é que a exegese política contenha uma normalização das concepções e práticas da extrema direita visando sua legitimação política e propondo o antissistema, bem como a necessidade de uma liderança carismática capaz de mobilizar, recrutar e organizar seguidores mesmo que sejam oriundos de classes sociais e grupos étnicos ou socioculturais distintos. Destarte, embora possam ocorrer práticas fascistas, na situação da extrema direita, a questão da supremacia da etnicidade, raça ou padrão econômico não conta em exclusivo para a adesão e a participação, e não repete simplesmente os padrões de outrora das antigas doutrinas, pois em cada contexto nacional as características podem se alterar.

A dimensão geográfica de mobilização política de revolta da extrema direita ocorre em duas escalas: 1) na *escala global*, observam-se movimentos organizados [*Nouvelle Droite* e *alt right*, por exemplo] por meio de narrativa avessa ao multiculturalismo, às imigrações, ao marxismo cultural, à economia socialista e às frustrações gerais oriundas da globalização neoliberal; 2) na *escala local*, verificam-se organizações políticas em redes dispersas em países e lugares do planeta. Na *escala local*, observam-se ainda bolhas organizadas em redes políticas de interesses que ecoam as ideias particulares do grupo de massa, mas os limites territoriais da rede são indefinidos, efêmeros e os indivíduos podem ser de diversos setores da sociedade.

Em linhas gerais, no contexto da globalização neoliberal e da geopolítica internacional, a extrema direita defende, de um lado, uma espécie de iliberalismo, ou seja, uma democracia parcial e consentida no que interessa aos governos populistas; de outro, defende ditaduras militares sem qualquer abertura democrática. Além disso, observa-se uma posição antiglobalista e nacional-religiosa de contestação aos ideais democráticos, progressistas e multilaterais. O patriotismo é acionado em defesa de uma pauta de costumes reacionários populista, messiânica e militarista. Para tanto, emergem teorias da conspiração e ressignificação de uma linguagem de unidade de grupos reacionários que acionam narrativas conspiratórias contra os interesses da Pátria.

As manifestações extremistas desafiam as normas democráticas, como a separação de poderes, a independência judicial e a liberdade de imprensa. Isso pode enfraquecer o Estado de direito e minar os princípios democráticos fundamentais. Na obra *The Tyranny of Authenticity and the Rise of Populism*, Catherine Fieschi (2019) examina a busca de legitimação que aspiram os líderes populistas por meio do seu carisma e linguajar de modo a promover uma conexão supostamente autêntica e genuína com a vida cotidiana do povo em contrariedade à elite nefasta.



Neste mesmo sentido, a obra *Nacional-Populismo* (EATWELL; GOODWIN 2020) relata a ascensão do populismo de extrema direita com propensões autoritárias. É necessário, segundo afirmam os autores, examinar as causas históricas e contemporâneas por trás da ascensão da extrema direita, do populismo e quais são as implicações para os regimes democráticos. Para os autores, a extrema direita necessita de uma preparação de terreno fértil, que em sua ação política é precedida por crises socioeconômicas (estagnação econômica, inflação, descontentamento social, insegurança, processos migratórios e questões laborais). As visões extremistas de direita aparecem numa explicação simplista, mas aparentemente compreensível pelo cidadão comum, de que é possível modificar a complexa realidade social, política e econômica da noite para o dia. Não deixa de ser a ação política de extrema direita uma espécie de adesão a uma crença na restauração do passado idealizado.

Outro elemento fundante no extremismo de direita é a polarização, em especial com a escolha de uma liderança forte (e sua visão) a ser ungida, e de outro lado outras lideranças e práticas a demonizar e eliminar (em especial a esquerda, o socialismo). A fragmentação social, portanto, excluída a divisão de classes [pois, para a extrema direita ela não existe], é substancial (EATWELL; GOODWIN, 2020).

De acordo com Salgado, Casarões e Zarakol (2023), a extrema direita retroalimenta a polarização e a sensação de crise e ameaças à Pátria, Família e Deus provocadas pelo globalismo (Acordo de Paris, por exemplo), multiculturalismo, desenvolvimento ambiental sustentável, direitos humanos e Estado de direito democrático. No bojo das ameaças, Venezuela, Cuba e Nicarágua, por exemplo, surgem como inimigos da extrema direita por serem considerados países comunistas quando não são. A captura da cognição e a ignorância dos grupos de extrema direita não abrem janela para uma leitura crítica da realidade concreta.

Em várias partes do mundo, o avanço da extrema direita direciona ataques contra os imigrantes, homossexuais, socialistas, feministas, povos indígenas, islâmicos etc. Além disso, a pauta de direitos humanos é abandonada em defesa de um fundamentalismo religioso nefasto. As crises econômicas e as denúncias de corrupção de governos mais inclinados em direção a uma social-democracia funcionaram como um gatilho para questionar a credibilidade da esquerda política.

Em escala internacional, a extrema direita se organiza em redes virtuais que alimentam o medo, o ódio, o negacionismo científico, o xenofobismo etc. A digitalização da vida por meio das *Big Tech* abriu espaço para a constituição de uma ágora de extrema direita fortemente organizada em nome de uma nostalgia de um passado idealizado que nunca existiu, de um retorno das ditaduras militares, do encanto pela militarização da segurança e do desencanto com os valores da democracia (HARRIS, 2023; ARIAS; MARIE BURT, 2023).



O historiador francês Raoul Girardet (1987) nos lembra de um imaginário político tanto da extrema direita quanto da extrema esquerda constituído por mitos e mitologias políticas configurados por meio de *teorias da conspiração*, da nostalgia da suposta *idade de ouro* vivenciada pelo grupo reacionário, da emergência de um *salvador da Pátria* e das estratégias de *unidade de uma consciência coletiva* reacionária. Para ele, os mitos constituídos deformam ou interpretam de modo desonesto o real recusado, e exercem a função explicativa-discursiva retórica para a compreensão do presente e de mobilização da ação política reacionária.

Bohoslavsky e Broquetas (2024) chamam a atenção para o avanço da extrema direita no eleitorado europeu e latino-americano, assim como Escoffier, Payne e Zulver (2023). A pauta política é a do negacionismo científico, revisionismo histórico desonesto das ditaduras, repúdio à educação da sexualidade nas escolas, antifeminismo e devoção aos chamados neopatriotas. Para os autores, há uma clara ressignificação histórico-geográfica do fascismo. O paradoxal é que a extrema direita tem sido legitimada por eleições democráticas e, no poder, faz uso das próprias instituições democráticas em benefício próprio de concentração de poder.

Em resumo, os caminhos políticos dos regimes democráticos viram a escalada da extrema direita via populismo reacionário no Reino Unido, na Áustria, Hungria, Polônia, Itália, França, Estados Unidos e América Latina. Para Carlos De La Torre (2019), não se pode apenas olhar apenas a Europa e a América, pois o fenômeno do populismo autocrático alcançou também a Ásia e a África, ocorrendo mundialmente. De acordo com Reis (2020, p. 3):

A reação nacionalista ou nacionalismo de direita tem aparecido com grande força nos EUA (fenômeno Trump), na Europa Ocidental, na Europa central (Hungria e Polônia), na Ásia (Filipinas e Índia), no mundo muçulmano (Irã e Egito) e na América Latina (Brasil, Chile, Colômbia). Trata-se de uma extrema-direita descomplexada, ativa e propositiva, de grande ativismo público, com frequentes incursões nas ruas, explorando as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os “por dentro” e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital.

Vale lembrar que o avanço da extrema direita não tem muito a ver com os dilemas econômicos e das desigualdades sociais da renda, mas sim com a suposta ameaça das políticas culturais progressistas, assegura Cristóbal R. Kaltwasser (2023). As desigualdades sociais politizadas pela esquerda ficam à margem das preocupações da extrema direita, conforme experiências em países como o Brasil - governado por Jair Bolsonaro- e a Argentina pelo anarcocapitalista Javier Milei (VOMMARO, 2023). A própria responsabilidade da persistente desigualdade social é creditada aos socialistas, a despeito de alianças espúrias da esquerda política com a acumulação neoliberal. Em suma, é nesse contexto



histórico da globalização neoliberal que a extrema direita avança no mundo e, em particular, no Brasil sob o signo do bolsonarismo.

A NATUREZA POLÍTICA-IDEOLÓGICA DO BOLSONARISMO

Um dos problemas de muitos que se referem ao bolsonarismo é considerá-lo como um bloco político monolítico e orgânico que emerge a partir de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, ou a partir da *Jornada de Junho* de 2013, um momento histórico de revolta popular de natureza progressista e de extrema direita diante das contradições dos governos petistas. Vale lembrar que a *Jornada de Junho* não foi o ovo da serpente do bolsonarismo.

Mas quem seria, de fato, um bolsonarista? A questão é complexa e divide opiniões. Observa-se a diversidade do corpo de ideias que orienta o bolsonarismo. Assim, definir um bolsonarista na sua radicalidade é complicado porque nem todo bolsonarista assume por inteiro essas premissas supracitadas. Isso significa que há diversos arranjos (confluências e divergências) em campos de práticas bolsonaristas. Um bolsonarista evangélico pode ser homofóbico e ser contra a ditadura militar. O bolsonarista neoliberal pode não ser religioso e não ter a menor nostalgia pela ditadura, quando o Estado keynesiano brasileiro era o principal interventor na economia do país. O que é inquestionável no bolsonarismo é a presença de uma extrema direita associada ao descaso com as regras democráticas constitucionais do país, ao desejo do protagonismo das Forças Armadas e ao repúdio às ideias socialistas tidas como progressistas e destrutivas dos valores morais-religiosos e da economia brasileira.

No Brasil, a extrema direita sempre esteve a serviço de uma hegemonia capitalista negacionista da democracia social. A raiz da extrema direita política não é herança do bolsonarismo e nem está restrita a pobres, classe média e elite do capital, pois unifica indivíduos de todas as classes sociais num corpo político-ideológico diferenciado internamente. A extrema direita bolsonarista não é monolítica nos valores e nem isolada de outros campos de poder, como do imenso poder político do denominado “centrão” no Congresso Nacional. Em outros termos, a extrema direita está dispersa em campos políticos, sociais e territoriais diversos do país.

No Brasil contemporâneo, a força motriz da dominação burguesa está assentada no avanço do conservadorismo político-social, com forte apelo moral, antissistêmico e anticorrupção. É essa mistura de elementos que tem permitido a arregimentação de uma base social crescente, inclusive entre os setores populares, haja vista que o movimento se apresenta como alternativa de contestação do status quo, canalizando para si a revolta da população com as ingerências das políticas públicas e as injustiças sociais (DUARTE, 2023, p. 2).



O ideário bolsonarista de extrema direita já estava disseminado pelo território havia tempo em diferentes campos de práticas sociais, nem sempre harmônicos e com posição e disposição estratégica, simbólica e material, com regras próprias e objetivos a depender dos jogos e recursos de poder acionados por diversos campos de poder da sociedade brasileira em movimento (BOURDIEU, 1989).

De acordo com o psicanalista austríaco Wilhelm Reich (1988 [1933]), que viveu à época do fascismo, não é nada anormal encontrar grupos de massa portadores de valores reacionários de extrema direita ou de extrema esquerda. A questão é como os indivíduos se tornam massas humanas em torno de um movimento político autoritário e qual é a genealogia dos valores reacionários. Uma das razões, para o autor, é “*o sentimento de revolta e desejo de transformação de uma emoção revolucionária em ilusão utópica*” (p. 12). Vale ainda sinalizar para o misticismo religioso e os impulsos irracionais não controlados. A mentalidade de massa é acionada por indivíduo revoltado com a realidade político-econômica e moral que se lhe apresenta, e sedento por autoridade, racismo, militarismo, nativismo, dogmatismo religioso e atitude autômata. A salvação da sagrada nação [em vez do direito à cidadania] e da família [em vez da sociedade de trabalhadores] são os chavões da massa incapaz de lutar por liberdade, apesar de reivindicá-la (p. 173), pois deseja apenas a segurança mítica do Estado que idealiza.

A experiência brasileira revela que o território do país tem sido palco de disputa entre as alternativas político-ideológicas neoliberal e socialista. Assim sendo, os grupos de massa sociopolíticos dividem a militância política em defesa da idealização de um real em que a ilusão do desenvolvimentismo e o nacionalismo estiveram presentes no ideário de modernização do território brasileiro, cada um à sua maneira.

No caso da extrema direita brasileira, a visibilidade política de valores morais de raízes fascistas nos remete à *Ação Integralista Brasileira* (1932), movimento ultranacionalista-militar-familiar cristão de extrema direita dirigido por Plínio Salgado, e ao namoro de Getúlio Vargas com o fascismo de Benito Mussolini e o nazismo de Adolf Hitler contra a suposta *ameaça comunista*.

O militarismo da extrema direita também se observa no desejo das Forças Armadas de assumirem o papel de poder geopolítico positivista patriótico e civilizador do país, depois do fim da monarquia. A invenção da nação passou pela construção do patriotismo militar via modernização distópica do território brasileiro. O próprio tenentismo político-militar autoritário defendia a industrialização e urbanização e o ataque à oligarquia agrária como premissas para um país moderno. Vale lembrar ainda que o Estado militar-burguês-civil (1964-1985) reclamou direito sobre a construção imagética e ufanista-reacionária do “*Brasil-Potência*” como destino geopolítico do país, nas palavras do general Carlos de Meira Mattos. Ao longo do século XX, observa-se ainda a criação de um aparelho estatal-militar de vigilância da cidadania.



Em termos dos valores religiosos da extrema direita, em São Paulo, às vésperas do golpe militar, a emblemática *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* (1964) realizou uma série de manifestações políticas de setores conservadores cristão [católico] e militar contra a *ameaça comunista*, traduzida na ação de guerrilhas de orientação marxista-leninista no seio da divisão ideológica entre imperialismo capitalista americano e imperialismo socialista soviético e da irrupção da *Revolução Socialista Cubana* (1959). A expansão do conservadorismo reacionário evangélico, a partir de 2000, junta-se a esses setores conservadores católicos ressentidos e em defesa da família heteroafetiva, contra o aborto, contra os direitos dos grupos LGBTQIAP+, contra o feminismo etc.

Carranza e Teixeira (2023, p. 71) abordam o ultraconservadorismo católico e suas relações com a direita radical e afirmam: “Já sabemos que qualquer tentativa dos movimentos sociais em debater direitos reprodutivos, sexuais, sociais e das minorias, esbarra-se numa batalha campal entre os parlamentares religiosos que angariam apoio entre as bancadas ruralistas e pró-armamentistas”. No mesmo sentido, conforme Lacerda (2023), o apoio da bancada evangélica se dirige “contra o comunismo demoníaco”.

Por fim, vale relembrar que as revoltas da extrema direita apontam para a necessidade do golpe de Estado e das Forças Armadas. A luta pela democracia social e política brasileira quer a partir do campo socialista ou através de movimentos sociais diversos, por melhores condições sociais, trabalho, renda, acesso à terra, sempre abriu espaço para a extrema direita rebater o discurso com o disparate que são reivindicações comunistas, reclamando assim a intervenção militar em nome da ordem, da paz social e da segurança nacional. Além disso, a nostalgia da ditadura militar, sob o signo de intensa expansão econômica do país (1968-1973), ainda faz muitos brasileiros quererem trocar a liberdade política pela suposta segurança das ditaduras militares contra o comunismo.

As Forças Armadas foram aclamadas quando da Missão de Paz da ONU para a estabilização do Haiti. A participação do Exército brasileiro, entre 2004 e 2017, foi exaltada por saudosistas como exemplo de intervenção militar e de pacificação de um país pobre e vítima de um terremoto, a despeito das críticas de desrespeito aos direitos humanos. Em 2017, o decreto de *Garantia da Lei e da Ordem* (GLO), ao autorizar o uso das Forças Armadas para atuação na segurança pública do Rio de Janeiro, aumentou o protagonismo militar por meio do Art. 142 da Constituição Federal.

Em suma, o bolsonarismo traz um efeito unificador ao atualizar esse histórico de campos de força sociais e valores conservadores ultranacionalistas, fundamentalista cristão, neoliberal e o fascínio pelas Forças Armadas na figura de Bolsonaro, um *outsider antipolítico do baixo clero*, que pouco valor expressou no âmbito dos seus mandatos como deputado federal. No entanto, o discurso do capitão da



reserva se tornou funcional à radicalização do discurso de ódio e intolerância à democracia social, às liberdades individuais e ao socialismo em nome da salvação da Pátria, Família e Deus.

O MAL-ESTAR SOCIAL NEOLIBERAL E A NATUREZA DOS GRUPOS DE MASSA BOLSONARISTA

A crise política e econômica dos governos de orientação supostamente socialista na América do Sul [sobretudo o fracasso da revolução bolivariana de Hugo Chávez e Nicolás Maduro e a crise econômica cubana e argentina], a recessão econômica brasileira a partir de 2015, a eleição presidencial de Donald Trump (2016) e a expansão da representação política da extrema direita europeia contribuíram para legitimar a ascensão de Jair Bolsonaro.

Uma razão que parece pouco analisada é o *mal-estar da civilização neoliberal*, ao tomar de empréstimo o título da obra de Sigmund Freud, “*O Mal-estar da civilização*” (1930). A globalização financeira e econômica, a revolução da Inteligência Artificial (IA), a robótica e a biotecnologia tornam o trabalhador cada vez mais supérfluo, e evocam a falácia do empreendedorismo individual sob o signo das incertezas, acasos e efemeridades. Na sociedade do supérfluo, a figura instável do *homem-mercadoria* e *homem-máquina* se junta ao *homem-algoritmo*. A vigilância, a manipulação e a predição da experiência individual cotidiana orientada por algoritmos inteligentes [distopia das redes] se tornam mercadoria futura customizada, grilada e apropriada pelas *Big Tech* que dominam as redes sociais na Internet e a ilusão da liberdade individual *online* [utopia das redes].

No Brasil, a perda dramática de direitos trabalhistas e previdenciários, a expansão das desigualdades sociais da renda domiciliar, o desemprego estrutural promovido pela revolução da robótica-inteligência artificial, o *burnout nas redes sociais*, a precarização do trabalho e a perda das certezas num futuro idealizado a partir do fim do keynesianismo à moda brasileira são algumas das consequências do neoliberalismo. O mal-estar neoliberal tem sido direcionado para as redes sociais da Internet das *Big Tech* como plataformas de confronto político-ideológico em que a liberdade de expressão é vigiada. As redes sociais retroalimentam as insatisfações sem apontar saída alguma.

A frustração com o avanço das ideias progressistas civilizatórias e o mal-estar da globalização [seria o inferno da modernidade?] têm sido acompanhados, não obstante, por uma fé no neoliberalismo-cristão fundamentalista e por uma nostalgia keynesiana da ditadura militar brasileira. Uma parte considerável da população rejeita a alternativa socialista em favor do mal-estar neoliberal, e não apoia as lutas de classes dos mais precarizados e excluídos e dos movimentos sociais de esquerda no território



brasileiro. Assim, a ideologia capitalista se reafirma hegemônica por falta de uma ideologia proletária de contraponto à concepção de mundo neoliberal.

A partir da responsabilização das mazelas do país remetida aos governos petistas, houve a escolha de um porta-voz das frustrações morais-religiosas, geopolíticas e econômicas dispersas [mas articuladas] em diversos setores conservadores da população e do território do país. A eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro contou uma rede política formada pela *nova direita neoliberal*, pelas bancadas parlamentares de fundamentalistas religiosos, do agronegócio e da bala, das Forças Armadas, da polícia civil e militar e de milicianos e por artistas e grupos contrários ao governo petista, sobretudo depois das notícias de escândalos de corrupção divulgadas pela mídia neoliberal e pela *Operação Lava Jato*. No âmbito dessa rede política de representação de interesses diversos territoriais, havia um grupo de massa paranoico e persecutório de qualquer alternativa político-econômica sob o espectro do socialismo.

A natureza de um grupo de massa bolsonarista extremado pode ser interpretada com a ajuda da obra do ensaísta búlgaro-judeu Elias Canetti (2013), *Massa e Poder*. Na massa reacionária, os ideais são iguais e fechados dentro do grupo. Há um momento em que todos abrem mão de suas diferenças de classe e de valores e passam a sentir-se como iguais (2013, p. 16). A massa extremada desvela um sentimento de perseguição e de hostilidade ao inimigo objetivo, e quer ser grande como movimento social. “*A massa quer crescer sempre*” (idem, p. 28) como uma rede territorial rizomática em que cada indivíduo ou grupo social tenha papéis definidos. Nesse momento, “*os membros todos fazem-se um*” (idem, p. 31) nem sempre visíveis.

A repetição cotidiana de fatos sugestionados e inventados ajuda na constituição de uma atmosfera de eterno perigo, representado pelo suposto inimigo. A privatização das opiniões não refletidas do grupo de massa, como efeito dos interesses econômicos- ideológicos, é fundamental. Para a massa alienada, não há alternativa social possível fora dos seus ideais fluídos, mas coesos por meio da coalizão política-ideológica entre os micropoderes territoriais e valores constituídos. Do poder da massa, faz parte uma certa necessidade de ampliação do espaço-tempo da escala geográfica de militância. Assim, velocidade e poder caminham juntos na constituição do grupo de massa articulado em redes políticas territoriais. A instrumentalização técnica da rede de fixos e fluxos é imprescindível. Hoje, a *cronopolítica* das ações é vital para os grupos de massa polarizados e organizados em redes sociais da Internet.

O grupo de massa reacionário bolsonarista pode ser definido como um fenômeno político-ideológico de inspiração fascista traduzida no ódio ao socialismo, no desrespeito aos direitos humanos, no genocídio de populações tradicionais, nos discursos e práticas racistas, na defesa de torturadores, no



militarismo, na sacralização do que julgam ser a Pátria, na recusa da luta de classes, no fundamentalismo cristão, na perseguição de opositores políticos, na destruição de marcos legais que os limitam etc.

No entanto, apesar de inquestionáveis traços fascistas, não se pode perder de vista a singularidade e novidade do bolsonarismo. As generalizações podem falsear a realidade e silenciar as singularidades. As diferenças de contextos histórico-geográficos e de valores entre o Brasil de Jair Bolsonaro e a Itália de Benito Mussolini não são poucas, basta uma leitura atenta da obra *Itália de Mussolini e a origem do fascismo* dos italianos Emílio Gentile e Renzo de Felice (1988), *Psicologia de massa do fascismo* (1988) de Wilhelm Reich, *Mussolini e a ascensão do fascismo* (2009) de Donald Sassoon e a *A doutrina do Fascismo* (2020) de Mussolini e Giovanni Gentile.

O nazifascismo era opositor do liberalismo apenas na narrativa, o inimigo real era o socialismo marxista. O liberalismo não era refratário ao nazifascismo, pontua Donald Sassoon (2009). Apesar da doutrina totalitária, Mussolini manteve as bases do *laissez-faire*. O bolsonarismo, sem abandonar a intervenção estatal, era abertamente neoliberal, pelo menos na figura de Paulo Guedes. Por meio da *Carta del Lavoro* (1927), Mussolini abriu espaço para os direitos trabalhistas, enquanto no governo bolsonarista houve perda de direitos previdenciários e trabalhistas. As atitudes e práticas de Bolsonaro foram verificadas contra os povos indígenas e durante a pandemia da Covid-19. A centralização política de Mussolini incorporava os poderes legislativo e judiciário. Os tribunais italianos funcionavam como máquinas de guerra legalmente autoritárias e contra qualquer dissenso ao fascismo, lembra Rogério Pacheco Alves (2021). Bolsonaro nunca teve o controle do Judiciário e do Congresso Nacional.

No bolsonarismo havia uma orientação pseudointelectual particular em defesa do neoliberalismo e do nacionalismo tradicionalista cristão na figura de Olavo de Carvalho e seus discípulos, e de outras figuras como o estrategista-chefe de Donald Trump, Steve Bannon, e o cientista político russo Aleksandr Dugin, associado a extrema direita de Vladimir Putin.

A pregação de ódio de Olavo de Carvalho se dirigia contra valores progressistas da modernidade [multiculturalismo, por exemplo], contra o educador Paulo Freire, a teologia eclesial católica da libertação dos oprimidos e os socialistas em geral. Por meio das redes sociais da internet, Olavo de Carvalho foi um dos propagandistas da nova direita neoliberal que resistia à suposta hegemonia da esquerda petista e de um suposto *marxismo cultural* responsável por ideais progressistas como a ideologia de gênero, educação sexual, o feminismo e os direitos humanos plurais.

A ideologia espiritualista tradicionalista de suporte ao bolsonarismo legitimava o racismo e as teorias da conspiração. Diante da secularização e das mazelas da modernidade, era necessária uma restauração de valores ultraconservadores, conforme assegura o etnógrafo americano Benjamin



Teitelbaum (2020). A agenda política tradicionalista é de natureza populista, religiosa, antifeminista e negacionista [antiprogredista e anticientífica, quando convém]. Enquanto o fascismo era notadamente adepto da modernização e do progresso científico, o bolsonarismo tinha ação dúbia, ora negava a ciência [recusa dos dados do desmatamento na Amazônia e das mudanças climáticas globais e da gravidade da pandemia de covid-19], ora por conveniência se apropriou dela [liberação de agrotóxicos, agricultura 4.0 etc.], ou seja, o tradicionalismo bolsonarista não era nada ortodoxo. Segundo Maia (2023, p 8-9), a atitude de Bolsonaro em relação à pandemia de covid-19 não foi um caso isolado de negacionismo de Bolsonaro, mas integrou uma política sistemática de promoção do anti-intelectualismo e do obscurantismo.

Havia ainda algo pretensamente espiritual traduzido no sentido de resgate do patriotismo e da cultura brasileira, mesmo que fosse pela via autoritária, rejeição da democracia liberal e radicalização do discurso de ódio à esquerda política. Mas qual seria a ideologia bolsonarista em jogo para além da proposição de Teitelbaum acerca do tradicionalismo, o qual parece equivocado quando quer fazer crer que o bolsonarismo é simplesmente oposição à modernidade e antiglobalista?

O niilismo é uma das raízes da compreensão da ideologia bolsonarista, ou seja, o bolsonarismo é um niilismo neoliberal-cristão reacionário. Em linhas gerais, o niilismo identifica-se como a vontade de inventar valores deslocados da vida e contra a vida por meio da idealização de um mundo melhor [celestial ou terrestre] e da negação das incertezas do devir histórico. Nesse sentido, vale um retorno ao filósofo Nietzsche (2008 [1901]). A despeito das oscilações do significado de niilismo, Nietzsche definiu três tipos de sintoma niilista ou de estados psicológico-patológicos da modernidade (MACHADO, 1997).

De início, há o *niilismo religioso*, apoiado numa metafísica de opostos cheia de apreciações de valor moral religioso [o bem versus o mal] e na razão [mas sob o domínio da teologia]. O *niilismo religioso* pode ser nocivo à pluralidade de valores morais e comportamentais fora da invenção e crença em dogmas sagrados.

Em seguida, em nome da razão humana, surge o *niilismo moderno*. A negação de valores superiores divinos levou à criação de ídolos de barro da modernidade no lugar dos deuses e santos: progresso, ciência, darwinismo, liberalismo e socialismo. A modernidade se apoia na oposição de valores tais como progresso/atraso, civilizado/primitivo e assim por diante. A ideologia moderna faz crer na vontade de verdade, na providência da razão, na igualdade-fraternidade-liberdade, na utopia do melhor dos mundos, nos saberes universais, no domínio da natureza pelo saber humano, na crença em ideais e no imperativo da moral, da felicidade e da esperança.



A decepção e frustração provocadas pela abertura da caixa de Pandora do *niilismo moderno* têm levado alguns indivíduos ao *niilismo antimoderno* na figura do “*último homem*”, ou seja, aquele indivíduo ainda moderno que recusa as ideias progressistas e as certezas da ciência e reativa um *niilismo religioso* quando interessa. O “*último homem*” ainda pode perseguir o conforto material da vida moderna num cenário de incertezas das alternativas socioprodutivas liberais ou socialistas. De fato, o “*último homem*” não é apenas um frustrado niilista moderno ou antimoderno-religioso reacionário, é a tensão contraditória entre esses valores. O “*último homem*” pode revelar um sintoma de reforço à vontade do nada de valor em torno do fundamentalismo religioso e um mal-estar em relação às incertezas da modernidade sob o prisma ideológico socialista ou capitalista.

Nesse sentido, o “*último homem*” *bolsonarista* ainda não sabe o que fazer com a modernidade neoliberal: às vezes a defende [quando lhe interessa], às vezes a detesta. Ou seja, os “*últimos homens*” *bolsonaristas* são a tradução de um rebanho social que, diante das incertezas da utopia neoliberal, não percebem a alienação a qual estão submetidos. Sem conseguir superar a si mesmo, o “*último homem*” se encontra alienado e imóvel ao mundo efêmero, superficial e inautêntico que se lhe apresenta. Ele está preso a uma *Matrix tecnocientífica-religiosa-alienadora neoliberal*, e em busca de uma felicidade neoliberal e cristã sem dor [diria Nietzsche].

Ao retorno da espiritualidade cristã antimoderna, para alguns, junta-se a crença no progresso tecnológico neoliberal, para outros. Mas esta crença também é frágil, pois reina a incerteza no futuro diante da revolução da Inteligência Artificial (IA), da compulsão à competição entre indivíduos, tanto no mercado de trabalho quanto nos demais campos sociais em que os *bolsonaristas* se situam. Assim, tudo parece frágil e inautêntico. A própria defesa de uma utopia neoliberal parece mais uma crença útil do que a certeza de um mundo ideal verdadeiro a ser conquistado. De fato, o “*último homem*” *bolsonarista* não sabe exatamente se quer o que dura ou o efêmero tecnológico. Mesmo unido como grupo, alguns querem apenas reforma militarista e neoliberal, outros desejam uma revolução reacionária cristã dos valores da sociedade contra as ideias progressistas.

Os “*últimos homens*” *bolsonaristas* também não sabem o que fazer com a liberdade individual, pois, às vezes, inscrevem a defesa de sua liberdade contra a liberdade de outros. Os *bolsonaristas* neoliberais querem ser soberanos, mas acabam escravos de si mesmos e da espoliação capitalista. A suposta liberdade de criação e de iniciativa do sucesso neoliberal é o próprio instrumento de alienação ao qual estão sujeitos.

A fim de justificar a existência dos “*últimos homens*”, a ideologia niilista neoliberal e fundamentalista cristã *bolsonarista* tem como ponto de partida a dissolução e o silenciamento da luta de classes e a constituição de grupos de massas fanatizados e narcisistas. Em síntese, a modernização



distópica do território, o romantismo nacionalista nefasto, a psicologia de grupos reacionários narcisistas e o apego a um *niilismo cristão-neoliberal* são os pilares do bolsonarismo a partir de um contexto histórico socioeconômico e ideológico por que passa o país na economia global.

A partir de 2013, o relativo insucesso econômico [ainda que com reais ganhos sociais populares e avanço das políticas públicas] da suposta experiência socialista petista e de outros países sul-americanos ajudou a interpretar o neoliberalismo como um destino histórico da humanidade sob os auspícios da vontade divina reacionária. A lei da história brasileira passaria pela manutenção do ataque à ideologia socialista e da projeção de uma conduta individual-consumista com base nos valores morais cristãos.

De acordo com a obra *Origens do totalitarismo* (ARENDT, 2012, p. 627-630), toda ideologia tem elementos autoritários e três requisitos, a saber: 1) a pretensão de explicação total dos acontecimentos históricos por que passa o país; 2) a emancipação da experiência vivida da realidade concreta em favor de uma realidade paralela “mais verdadeira” por meio da invenção e arrumação de fatos; 3) e o uso da sugestão de modo que a experiência vivida do indivíduo não interfira no ideal objetivado e não promova fissuras na ideologia em jogo.

A força da sugestão e das supostas deduções lógicas dos fatos cria os campos de forças assimétricas, revela o inimigo objetivo e elimina a possibilidade de contato dos bolsonaristas reacionários com as socialidades plurais que os rodeiam. O dogmatismo autoritário bolsonarista neutraliza a construção de pontes societárias, e estabelece dois imensos campos ideológicos assimétricos de poder em movimento histórico: o capitalismo e o socialismo. A tarefa histórica de Jair Bolsonaro era a de personificar a defesa espiritual e concreta do neoliberalismo cristão contra os supostos comunistas. Felizmente, ele fracassou. Mas o bolsonarismo não se confunde com Jair Bolsonaro.

O fundamentalismo religioso bolsonarista contou com os radicais evangélicos e católicos sob os auspícios do espírito neoliberal [devoção pela prosperidade material individual], da ética moral protestante [ou seja, que o indivíduo trabalhe para a glória divina] e do desprezo pela luta de classes [cada indivíduo tem um papel na divisão social do trabalho com base no resultado direto da vontade divina].

A estrutura religiosa do bolsonarismo articulava o culto à personalidade messiânica do presidente, o ataque aos inimigos objetivos da Pátria [os “esquerdistas”], a defesa de uma tradição reacionária de valores contrários à vida na sua diversidade e escalas social e individual, a constituição de milícias religiosas cristãs em defesa dos valores da família heteroafetiva, a segurança nacional por meio do acesso da população à arma, a defesa da liberdade de expressão para fins de solapar a democracia e o



Estado de direito, a caça à liberdade política nos setores controlados pelo bolsonarismo e o aparelhamento da burocracia do Estado com membros das Forças Armadas.

A estratégia do bolsonarismo de extrema direita de permanecer no poder era a de acionar uma rede política de apoio em massa de grupos radicais lançados num verdadeiro altruísmo egoísta dos seus adeptos. A confiança, convicção e fé nos valores do grupo de massa bolsonarista foi a chave para seu sucesso e expansão por todo o território do país.

A ideologia bolsonarista passou por uma espécie de psicologia de grupo narcisista, conforme interpretação da obra de Sigmund Freud (1976 [1930]), *Psicologia de grupo e análise do ego*. Na música “Sampa”, Caetano Veloso já dizia que “*Narciso acha feio o que não é espelho*”. Os bolsonaristas de raiz extrema direita negam qualquer diálogo com os considerados inimigos objetivos. A partir da obra de Gustave Le Bon, *Psicologia das multidões* (1855) e de William McDougall, *A mente grupal* (1920), Freud sinaliza um quadro da natureza narcisista de um grupo de massa tais como: 1) a mentalidade coletiva; 2) o sentimento de poder invencível; 3) a difusão espacial da ideologia do ódio por meio de contágio; 4) o domínio da sugestão sobre a consciência crítica do indivíduo, tornando-o um autômato a serviço da devoção ao ideal; 5) a vontade de onipotência e onisciência da ação sobre o inimigo declarado; 6) a fé inabalável no líder político; 7) o apego ao tradicionalismo; 8) a sujeição à ressignificação da linguagem a serviço do ideal; 9) a sujeição obediente às verdades fictícias; 10) e a exaltação emocional e violenta por contágio contra os grupos que deles difiram em valores. O pânico frente à possibilidade de derrocada do ideal pode levar a profundos desajustes emocionais e impulsos hostis. A fim de garantir a coesão interna, a constituição da figura mítica do líder messiânico emerge na psicologia do grupo narcisista reacionário. O mito do salvador da Pátria reforça os laços de identidade entre os membros do grupo.

Os membros bolsonaristas narcisistas fanatizados apresentam insuficiente consciência crítica da realidade vivida. A ideologia a que estão submetidos reafirma-se por meio da alienação e da crença num futuro ideal desejado. Estar no grupo bolsonarista da rede social WhatsApp significa apenas fé na (des)informação veiculada. A problemática social do país, em termos de desemprego, precarização do trabalho, urbanização sem cidadania, destruição de biomas, genocídio de grupos indígenas e racismo não tem espaço na agenda dos valores da extrema direita bolsonarista. A articulação dos bolsonaristas como classe social não existe; eles se constituem em “*homens de massa*” com poucos vínculos sindicais ou organizações trabalhistas.

De acordo com Hannah Arendt (2012, p. 445), a psicologia do “*homem de massa*” [seria o “*último homem*” de Nietzsche?] revela uma amargura egocêntrica, solidão patológica, frustração individual e desinteresse nos problemas do dia a dia da sociedade. No cenário das redes sociais



reacionárias, cada bolsonarista se posiciona no lugar da fala de vítima do sistema econômico e sociopolítico-cultural socialista do país e no lugar de carrasco contra os inimigos objetivos revelados.

Em *Eichmann em Jerusalém* (1999 [1963]), Arendt aponta que os “*homens de massa*” alienados recusam a natureza aleatória e plural da realidade [sobretudo durante crises econômicas]; por isso se aproximam de ideologias que explicam os fatos sociais por meio de leis sem abertura para as coincidências e espontaneidades inerentes à realidade concreta. Para tanto, a ideologia serve para inventar uma pós-verdade útil e unificadora do rebanho. Assim, a mentira se coloca em proveito da necessidade ideológica. Para Arendt, o mal surge no seio dessa invenção e imposição da necessidade revolucionária em prol de um futuro melhor para todos os escolhidos do rebanho.

O bolsonarismo unificou os “*homens de massa*” em torno de um projeto ideológico. O que parecia não ser grande ameaça para as forças progressistas da sociedade adquiriu um protagonismo político nacional na eleição de representantes comprometidos com a agenda dos valores morais cristãos reacionários, com o desprezo pelos valores republicanos e democráticos e desprezo pelas políticas afirmativas [cotas raciais] e programas sociais de combate à pobreza estimulados pelos governos petistas.

A narrativa anticorrupção e anticomunista, a crise político-econômica do Governo Dilma Rousseff, o ódio à democracia social promovida pelos governos petistas e a insurreição de movimentos sociais no campo e na cidade a reivindicar direito a ter direitos à vida e às diferentes identidades de gênero unificaram o grupo de massa bolsonarista contra a “*ameaça comunista petista*”. Para tanto, abusaram das liberdades democráticas garantidas pela Constituição Federal de 1988 para suprimir direitos dos inimigos objetivos da Pátria, a fim de abrir espaço para uma autocracia neoliberal.

Mas, como garantir a unidade e dinâmica do bolsonarismo reacionário e inserir novos adeptos? Uma estratégia era a de promover a irrelevância entre verdade e mentira e entre realidade e ficção por meio de uma repetição das *fake news* contra todos inimigos objetivos da Pátria, da família, de Deus e da propriedade privada. A proteção do mundo paralelo fictício da realidade vivenciada pelos “*homens de massa*” requer constantes crenças e mentiras, ou seja, nada de valor plural societário. Para tanto, a *fake news* precisa de uma legitimidade científica a fim de convencer os leigos. A mentira e o desprezo pelos fatos e de suas consequências imediatas se revelaram na política [ou antipolítica?] de Jair Bolsonaro de combate à pandemia de Covid-19 e de desproteção do território Yanomami contra a exploração garimpeira.

Outra estratégia é a da teoria da conspiração por meio da propaganda ideológica. Os bolsonaristas reacionários são convencidos de fatos inventados com uma coerência interna que estimula a crença na suposta conspiração comunista petista. Longe de uma consciência crítica da realidade em



que vivem, a ficção e a ilusão encerram os bolsonaristas extremados num mundo paralelo e os forçam a viver num mundo real que abominam e querem sua refundação ideológica.

Como sugere Hannah Arendt (2012, p. 488), “*a propaganda ideológica reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real*”. Qualquer tentativa de debate sobre a *fake news* é rechaçada; a convicção é inquestionável. A psicologia da mentira promovida pelo *gabinete do ódio* do bolsonarismo agia como se a Pátria estivesse sob uma ameaça global socialista e uma destruição dos valores morais tradicionais cristãos através da irrupção da suposta “*ideologia de gênero*”.

Outro requisito de afirmação de qualquer ideologia é o recurso à linguagem e às imagens. Em 1947, o filólogo e professor de literatura, Victor Klemperer, publicou o livro *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*, a partir de sua trágica experiência como judeu alemão à época do nazismo de Adolf Hitler. Klemperer fez um amplo estudo da ressignificação de palavras e imagens a serviço de uma alienação mecânica dos alemães direcionada ao genocídio dos judeus. O estudo da filologia nazista nos ajuda a entender a adesão de um grupo de massa à ideologia por meio da propaganda reacionária: não basta dominar o corpo, é preciso o controle das mentes e do pensar crítico. Assim, as palavras são ressignificadas para atender os reclamos da propaganda reacionária.

No bolsonarismo, as cores da bandeira (verde e amarelo) foram ressignificadas para se contrapor às bandeiras vermelhas dos movimentos sociais de esquerda. As lutas por dignidade, justiça e igualdade foram ressignificadas como ameaça comunista.

Para tanto, o discurso de mobilização das massas precisava ainda ser compreensível a todos e bem popular, e devia apelar para o sentimentalismo cristão da revolta. As *lives*, as motociatas e os discursos proferidos em espaços públicos por Jair Bolsonaro, juntamente com as *fake news* criadas pelo *gabinete do ódio*, instalado no Palácio do Planalto, exaltavam um conflito permanente e a mania persecutória patológica acerca da “*ameaça popular comunista*” no território nacional.

A estratégia de uso da linguagem e das imagens na defesa do nazismo de Hitler estava estritamente ligada ao cristianismo, conforme Klemperer. Na experiência brasileira, a ideia do martírio do povo e do líder, a ressurreição do messias [depois do atentado contra Jair Bolsonaro] e a redenção da Pátria e da família, depois de expurgar a “*ameaça comunista*”, apontavam para uma transcendência cristã na narrativa bolsonarista. Assim, uma rede de charlatões convocava a militância bolsonarista em nome de uma guerra santa contra os *esquerdistas*.

A prática de sugerir as massas expressa uma raiz romântica da ideologia bolsonarista nos termos do nacionalismo nefasto, da exaltação do herói popular demagogo, da implantação da educação cívico-militar, do moralismo religioso e do negacionismo da ciência [destronamento da razão e estupidez das massas, conforme Klemperer]. Um sinal nada romântico do bolsonarismo era o



antropocentrismo a serviço da acumulação neoliberal, sobretudo do agronegócio e da exploração mineral, que avançaram sobremaneira na Amazônia brasileira e Cerrado, sobretudo.

A guerra de posição das ideias bolsonaristas demandava não só linguagem e imagens, mas ações socioespaciais concretas. A organização dos protestos de rua, por meio da rede WhatsApp, levou milhares de militantes vestidos nas cores verde e amarelo [vermelho, jamais!] a ocupar espaços públicos em diversas capitais do país.

Depois da derrocada de Jair Bolsonaro, nas eleições presidenciais de 2022, a guerra de posição política e geográfica se dirigiu em direção ao Comando Militar do Exército em diversas capitais [guerra de trincheira via acampamentos], ao bloqueio de rodovias federais, à tentativa de atentado no Aeroporto de Brasília e, por fim, aos ataques aos prédios do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. A crença na vitória final direcionou a militância a uma tentativa de deflagrar o golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. A estratégia de tomar de assalto o poder, por meio da invasão dos prédios públicos de Brasília, utilizou o grupo de massa bolsonarista, *os de baixo*, como gatilho para uma insurreição popular contra a vitória de Lula nas eleições. Felizmente, a ameaça do golpe foi, por ora, esvaziada.

A dissolução da extrema direita reside na pedagogia educacional crítica da realidade, no debate acerca das frustrações do neoliberalismo e da modernidade. O fortalecimento da democracia social e política é apenas um dos remédios contra o *mal-estar da extrema direita*. Mas é um bom começo, cremos!

A ANTIPOLÍTICA BOLSONARISTA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Se as áreas rurais são *loci* de conflitos fundiários e socioambientais de grande visibilidade política, é nas cidades, por excelência, onde o xadrez geopolítico e antigeopolítico dos embates entre diversos grupos sociais, político-ideológicos, identitários e de estratos de renda domiciliar internaliza a possibilidade de reflexão crítica dos impactos da globalização neoliberal. As cidades são espaços concentradores de população e de problemas sociais e de ideias nem sempre consensuais. Hoje, a cidade é importante ponto de partida para qualquer projeto ideológico reacionário ou progressista (BALBIM, 2017).

Em meio às insuficiências dos governos federal, estadual e municipal, as cidades brasileiras têm se transformado num prático-inerte, isto é, palco de mudanças e de permanências, a cotejar movimentos sociais urbanos reivindicatórios [dos sem-teto e de bairro, por exemplo] alternativos aos projetos urbanos capitalistas [*city marketing*], ao mesmo tempo em que acolhe organizações sociopolíticas reacionárias. A cidade brasileira é, portanto, o espaço unificado de acumulação desigual de passados, o



lugar da vida cotidiana e o espaço de múltiplas esperanças e de rupturas político-ideológicas-religiosas e de fragmentações territoriais. A luta por direito à cidade, a diversos cotidianos, às memórias e rugosidades do passado, às liberdades individuais e à vida na diferença em contraposição aos grupos sociais reacionários e segregacionistas está na ordem do dia. Em suma, a cidade é um campo de forças sociais assimétricas e simétricas e de políticas e antipolíticas urbanas.

As manifestações bolsonaristas acontecem nas ruas das grandes cidades brasileiras porque é nelas que a militância se apresenta em dimensões populares e demográficas de expressiva visibilidade dada pelas redes sociais da Internet e da grande mídia corporativa tradicional. Nascida da recusa de integração a uma ordem ético-moral e socioprodutiva considerada injusta, por ser supostamente socialista, a avalanche dos protestos bolsonaristas surgia para reivindicar as bases ideológicas do grupo de massa narcísico cristão-neoliberal, não era nada anticapitalista e nem contra a urbanização sem cidadania para os mais pobres. Os protestos bolsonaristas tornaram a rua a arena política concreta da doutrina de ação da direita neoliberal e da extrema direita cristã.

Durante o governo Bolsonaro, houve um retrocesso nas políticas públicas, sobretudo na política urbana voltada para a população mais pobre. De acordo com o *Dossiê de monitoramento das políticas urbanas nacionais 2021*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, a ausência de esforços no direito à cidade, a violação dos direitos humanos, a austeridade fiscal, o corte nos programas habitacionais, a militarização das cidades [expansão das milícias], os poucos recursos de combate à pobreza, o retrocesso no marco legal de saneamento básico [privatização da distribuição de água] e a discriminação ideológica de projetos culturais urbanos são algumas das antipolíticas de Jair Bolsonaro.

Vale ainda lembrar que, em 2019, depois de 15 anos de existência, houve a extinção do *Conselho Nacional das Cidades*, arena de debate de políticas públicas e de participação do movimento *União Nacional por Moradia Popular* e outros conselhos de participação social. No mesmo dossiê, Sérgio Takemoto (2021, p. 130-33) observa que o desmonte do programa *Minha Casa, Minha Vida* e a promoção do *Programa Casa Verde Amarela*, atrelado ao fim de subsídios aos mais pobres e à expansão dos juros, inviabilizou o acesso à moradia. Para piorar, o Fundo de Arrendamento Residencial, usado na construção de moradia, sofreu forte corte orçamentário.

A despeito da pobreza e antipolítica urbana de Jair Bolsonaro, as cidades e suas ruas, as rodovias e a frente dos quartéis militares foram os espaços políticos de militância dos bolsonaristas. O agenciamento das ações e da alienação se concentraram nas redes sociais da Internet, a agora digital dos tempos modernos. Por meio do WhatsApp, grupos de massa bolsonaristas orgânicos compartilhavam des(informação). De acordo com Edward Hunter Christie (2019), Facebook, Twitter, WhatsApp, Youtube e TikTok são os protagonistas da cena política virtual, pois permitem a individualização



customizada da propaganda política, a polarização política por meio de grupos de massa, o engajamento emocional estimulado por algoritmo e a disseminação de *fake news* através de difusão de conteúdos falsos para a rede mais próxima do usuário, valendo-se da relação afetiva com seus contatos.

O professor indiano, Gohwar Farooq (2018), assegura que a relação de proximidade do remetente da mídia com sua lista de contatos contribui para o compartilhamento das *fake news* e para a guerra de (des)informação. A rede de fluxos de *fake news* bolsonaristas tinha por objetivo atualizar a militância política, sincronizar o grupo de massa em torno da suposta “*ameaça comunista petista*”, promover a divisão de tarefas e hierarquias internas ao grupo de massa, e, por fim, desconectar o bolsonarista das redes sociais [espaço virtual], por algum tempo, e realizar ações concretas tais como passeatas, motociatas, acampamentos, fechamento de rodovias etc.

O grupo de massa de enxame digital consistia em indivíduos singularizados, perfis customizados, otimizados e, às vezes, anônimos sem corpo e rosto. A massa digital era a base da organização política do poder, que queria soberania na guerra por (des)informação a serviço da causa bolsonarista, conforme empréstimos da obra do filósofo Byung-Chul Han (2018). Estar no enxame digital narcisista, por meio do *smartphone*, ajudava no recurso alienado à polarização, na negação do inimigo objetivo e na invenção de verdades não verdadeiras que traziam consigo o obscurantismo psicopatológico.

A geografia política do enxame digital na *Matrix* das redes sociais bolsonaristas requeria instâncias fundamentais para a conexão-ação: 1) a *topopolítica*, ou seja, a posição geolocalizada do usuário [é necessário ter dados da distribuição geográfica dos usuários para fins de ação política]; 2) a *cronopolítica*; o tempo veloz como variável política de controle e de difusão de fluxos informacionais; 3) e a *psicopolítica*, para fins de alienação do grupo de massa por meio da propaganda. A psicologia educacional da propaganda estava a serviço do fanatismo, da intolerância, da alienação acerca das lutas de classes e da fé política num futuro ideal para a Pátria e família sem a “*ameaça comunista petista*”.

No relatório do Inquérito 4781 das *Fake News* (2019), as investigações [ainda em curso] apontam para uma rede política do enxame digital bolsonarista capitaneada pelo chamado *gabinete do ódio*, localizado no Palácio do Planalto em Brasília, onde se situava a coordenação nacional de propagação das *fake news*. A rede política de recursos de poder bolsonarista possuía uma distribuição dispersa pelo território do país formada por Assessores para Assuntos Internacionais da Presidência da República, deputados federais, senadores, empresários do agronegócio, membros do Supremo Tribunal Federal, generais das Forças Armadas, canais de TV [Jovem Pan News e Record], filhos de Bolsonaro, governos estaduais, organização de caminhoneiros, pastores evangélicos, pseudointelectuais [falecido Olavo de Carvalho], artistas e milhões de cidadãos comuns.



Na rede de compartilhamento de (des)informação, cada ator-rede disponibilizava o recurso de poder de que dispunha a fim de sincronizar ações coletivas por meio de grupos no WhatsApp, contas no Twitter não identificadas, vídeos no Youtube, programas de TV [“Os pingos nos is” da Jovem Pan News], compra de páginas no Facebook [“Direita Vive 3.0”, por exemplo], criação de *sites* pretensamente jornalístico [“Jornal da Cidade On-Line”, “Renova Mídia”, “Senso Comum”, “Brasil Paralelo”, “Conexão Política” etc.] multiplicação de mensagens mediante algoritmos robôs, construção de narrativas de desprezo e ódio aos “esquerdistas” etc. O objetivo era criar um efeito manada na difusão de *fake news antipetista*, de modo a atingir grupos e indivíduos isolados pelo país (O’NEIL,2020).

Durante as eleições presidenciais de 2018, os movimentos sociais de direita, como o Movimento Brasil Livre, Estudantes pela Liberdade, Instituto Millenium e o Escola Sem Partido, assim como as estratégias das *fake news* nas eleições americanas de 2016 por meio da interferência russa, ajudaram a eleger Jair Bolsonaro e deixaram a esquerda brasileira sem resistência adequada ao enxame digital bolsonarista nas redes sociais.

Nas eleições de 2022, as redes sociais petistas assumiram estratégias de resistência similares àquelas dos bolsonaristas tais como o culto ao líder Lula, as ofensas a Bolsonaro e os ataques à mídia e ao Congresso Nacional. As redes de resistências petistas podem ser elencadas por meio dos Comitês Populares no WhatsApp, oficinas virtuais, mutirão digital da Central Única dos Trabalhadores (CUT), uso do Twitter, criação de canal na plataforma Telegram e podcast no Youtube, Spotify, Deezer, SoundCloud, RadioPublic, dentre outros.

As redes sociais bolsonaristas não só intervieram nas eleições presidenciais, municipais e estaduais, como também estavam a serviço da ideologia geográfica da modernização distópica neoliberal do território brasileiro. Jair Bolsonaro herdou um histórico de conflitos nas áreas rurais do país e nos territórios de populações tradicionais, mas seu governo registrou o agravamento da relação grilagem e desmatamento, a expansão dos conflitos por terra, a invasão de terras indígenas e o ataque à antigeopolítica dos movimentos sociais de resistência à ordem neoliberal.

No relatório do Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), Florestas Públicas não destinadas e grilagem - 2021, a grilagem por meio de fraude no Cadastro Ambiental Rural (CAR) responde por 65% do desmatamento em terras públicas na Amazônia, que deveriam ter uso restrito à conservação e uso sustentável pelas populações tradicionais. No final de 2020, 29% dessas terras [14 milhões de hectares] estavam registradas ilegalmente por meio do CAR. De acordo com o relatório, “a ligação entre a grilagem e a retirada da floresta é clara: 66% do desmatamento ocorrido até hoje está dentro do perímetro declarado ilegalmente como particular”, destaca o IPAM. As fraudes no CAR impactam na



sociobiodiversidade, nas terras indígenas e de quilombolas e nas Unidades de Conservação. Há sobreposição de CAR em terras indígenas em quase todos os estados do país. O corte de recursos públicos, a negligente fiscalização dos órgãos públicos no cumprimento da legislação ambiental, o descaso com regularização fundiária, a existência de um mercado valioso e especulativo de terras e o fato de o CAR ser autodeclaratório abrem espaço para a grilagem de terras no país.

No que diz respeito à geografia agrária, o relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – *Conflitos no campo Brasil 2021* –, entre 2012-14 [Governo Dilma Rousseff], os conflitos por terra totalizaram 2.450; já no período de 2019 a 2021, os números saltaram para 4.078. Esses totais envolvem ocupações/retomadas e acampamentos. Os conflitos por água assinalam, entre os governos Dilma e Bolsonaro, 312 e 1.156 registros, respectivamente. Houve redução das ocupações entre os dois governos: de 723 para 125. O recrudescimento da violência armada contra os sem-terra, a pandemia e a redução de recursos financeiros dificultaram a expansão das ocupações de terra.

No artigo “*Expropriação, violência e r-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021)*”, o geógrafo Carlos Walter *et al.* (2022), com base no relatório da CPT supracitado, mapeiam, por macrorregiões brasileiras, a ocorrência de violência por terra no Brasil, especificamente: 39,6% na região Norte; 29,6% na região Nordeste; 13,8% no Sudeste; 12,9% no Centro-Oeste; e 3,7% na região Sul. Dos 71 milhões de hectares de terras em disputa, 82% se concentravam na região Norte e 14% na região Centro-Oeste, áreas de extensão da fronteira do agronegócio brasileiro, assim como o Matopiba. A categoria dos atores promotores da violência inscreve os empresários, fazendeiros, garimpeiros, grileiros, Estado e mineradoras, dentre outros. Entre os que sofrem violência, destacam-se as populações tradicionais (73,18% de um total de 1.242 localidades em conflitos), sem-terra, assentados e pequenos proprietários, dentre outros, assinalam os autores.

Os conflitos por terra sinalizam para a extensão de áreas afetadas. Em 2021, foram 71 milhões de hectares de terras objeto de disputas territoriais. A redução de recursos nos órgãos de fiscalização contra o trabalho escravo, o desmatamento, a grilagem, a mineração ilegal ou legal, as madeiras ilegais e o avanço do agronegócio contribuíram para a expansão dos conflitos e dos casos de violência e impunidade.

Mesmo não sendo um problema exclusivo do governo Bolsonaro, o descaso com a reforma agrária por meio de desapropriação-assentamento rural manteve o cenário de tensão no campo brasileiro. A titulação de terras se transformou na bandeira da *reforma agrária bolsonarista*. A paralisação de processos de aquisição de áreas e o corte de verbas no INCRA são algumas das razões do recuo da desapropriação de terras e da dificuldade de registro dos imóveis e averbação do título de terras que o INCRA disponibiliza para as famílias. De acordo com a *Nota Técnica do Incra*



360/2021/GABT/GAB/SEDE, para fins de requerimento do STF ajuizado por entidades agrícolas contrárias à paralisação da reforma agrária, no governo de Lula foram assentadas 614.088 famílias, enquanto no governo Bolsonaro, entre 2019 e 2020, registraram-se 9.228 famílias assentadas.

Da situação dos conflitos por terra, vale um breve *zoom* nos povos indígenas. A paralisação da demarcação de Terra Indígena (TI) e a invasão dos territórios por garimpo ilegal, madeireiras, agropecuária grilagem/loteamento de terras, pesca ilegal, fazendeiros/posseiros e biopirataria apontavam para uma antipolítica indigenista. O abandono da FUNAI e dos órgãos de fiscalização (INCRA e IBAMA) e o desprezo de Jair Bolsonaro pelos povos indígenas ajudaram nas práticas de invasão das terras indígenas. Em 2016, foram 59 ocorrências registradas de invasão e exploração das TIs. Em 2021, o número de casos somou 305. Entre 2016 e 2018, foram contabilizados 264 casos, já entre 2019 e 2021, houve o registro de 824, conforme relatório *Violência contra Povos Indígenas do Brasil — dados de 2021*, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A antipolítica indigenista de Jair Bolsonaro violou até o direito de os povos indígenas terem direito à vacina contra a Covid-19, à alimentação e ao controle de doenças em geral, conforme o caso dos Yanomami. A FUNAI abriu mão de sua função de proteção dos territórios. A Instrução Normativa 01/2021 FUNAI/IBAMA contribuiu para a regulamentação e institucionalização da prática dos arrendamentos rurais no interior das terras indígenas, assinala Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira (2022). Por fim, destaca-se a política *anti-indigenista* em favor do marco temporal de usufruto das terras ancestrais indígenas somente a partir da Constituição de 1988, questão explícita da bandeira bolsonarista.

Além da problemática indígena, vale ainda assinalar a privatização do acesso às águas, à mineração, a contaminação dos recursos hídricos, o desmatamento e o descaso dos órgãos de fiscalização ambiental como algumas das razões dos conflitos por água no país. As obras de açude, barragens, cercamento de perímetros irrigados e transposição de rios são outras razões dos conflitos por direito à água. De acordo com Mariana M. Teixeira e Talita F. Montezuma (2022, p. 127-128), dos 304 conflitos mapeados em 2021, observa-se o protagonismo das empresas e corporações extrativistas. As mineradoras internacionais responderam por 30% dos conflitos; 19% resultaram dos setores empresariais, 14% por meio dos fazendeiros, 10% por meio de instalação de hidrelétricas, 9% decorrentes dos entes governamentais, 8% por meio dos garimpeiros e 10% distribuídos entre grileiros, arrendatários e outros. Os mais afetados têm sido as comunidades tradicionais tais como ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, asseguram as autoras.



Em meio aos conflitos por terra e água, uma das heranças da distopia neoliberal do bolsonarismo foi o desprezo pela sustentabilidade socioambiental em favor do agronegócio e exploração mineral, bem como o desprezo explícito por acordos internacionais do clima, biodiversidade, dentre outros. Em efeito, o desmatamento tornou-se uma das marcas nefastas do governo de Jair Bolsonaro. O MapBiomas publicou o *Relatório Anual do Desmatamento no Brasil (RAD): Julho de 2022*, que traz números expressivos do passivo ambiental deixado pela falta de controle ambiental sob responsabilidade do ICMbio, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente.

Em todo o território, o Brasil perdeu 1.665.782 ha de cobertura vegetal em todos os biomas. Os vetores de pressão do desmatamento se distribuem entre agropecuária, garimpo, mineração, expansão urbana e usinas eólicas e solares, entre outros. A agropecuária é a principal atividade responsável, mas, em alguns casos, o garimpo ganha protagonismo (Pará, por exemplo), e, em outros, remete à expansão urbana.

Em termos de bioma, a Amazônia foi a área com maior supressão da cobertura vegetal nos últimos três anos de governo Bolsonaro. De acordo com o relatório, foram mais de 977 mil hectares de bioma destruídos em 2021. Do total de alerta de desmatamento em 2021, a Amazônia apareceu com 66,8% das ocorrências. Em seguida, temos o Cerrado, com pouco mais de meio milhão de hectares. Em 2021, juntos, Amazônia (59%) e Cerrado (30,2) representaram 89,2% da área desmatada, e se somarmos a Caatinga (7%), o percentual chegou a 96,2%. Em seguida, aparecem a Mata Atlântica (1,8%), Pantanal (1,7%) e o Pampa (0,1%). Entre as áreas mais desmatadas, destacaram-se o Cerrado do Matopiba [Maranhão e Bahia] e o arco de fronteira composto por Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso. O desmatamento ocorreu em propriedades privadas, em grande parte, mas também em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e terras públicas não destinadas.

No final do relatório, o MapBiomas concluiu que a expansão do desmatamento, durante o período do governo Bolsonaro, resultou dos baixos níveis da ação política de conservação-preservação ambiental, pois “o nível de ações não alcançou 10% dos eventos de desmatamento e nem um quarto da área desmatada no período de 2019 a 2021” (MAPBIOMAS, 2022, p. 104).

A antipolítica bolsonarista se manteve no tocante à geografia industrial brasileira. Mesmo sem uma política industrial sistematizada, a ideologia neoliberal estava presente em algumas decisões de governo, apesar de não resultarem em nada concreto em termos socioespaciais (STUMM, 2020).

De início, vale lembrar a intenção de Jair Bolsonaro de aderir ao Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial de Comércio (OMC). A adesão, se efetivada, poderia inviabilizar estímulos à indústria nacional. A negociação para a entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) resultaria em abertura comercial e renúncia da



soberania na expansão industrial brasileira em favor dos interesses dos países mais ricos membros da organização. A abertura das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia e a sua confirmação poderiam criar desequilíbrios na indústria nacional em relação a setores similares europeus [setor automotivo, por exemplo], mas beneficiar o setor de agronegócio. A desnacionalização das compras públicas direcionadas às Forças Armadas deixaria espaços para o desestímulo aos segmentos bélicos do país.

Se essas intenções não se concretizaram, a privatização de empresas estratégicas (Eletrobrás, por exemplo) e o desinvestimento em refino de petróleo e petroquímica foram instrumentos de uma política industrial neoliberal efetiva.

Nos termos das relações internacionais, de início, na falta de um projeto explícito de desenvolvimento do país, a antipolítica bolsonarista assumiu um ideário contra o globalismo e o “*marxismo cultural*” sob a égide socialista. O antiglobalismo de extrema direita cristã negacionista se contrapõe ao Acordo de Paris sobre o clima global, ao papel de mediação da ONU acerca de valores universais e à dissolução dos valores cristãos sob os auspícios dos valores progressistas da modernidade.

Em 2019, a saída do país da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a criação do neoliberal PROSUL (Foro para o Progresso da América do Sul), as rugas com o imperialismo chinês, o desprezo com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o elogio à destruição ambiental em favor do agronegócio e mineração, a negação da mudança climática e aquecimento global, a discriminação de minorias vulneráveis em termos de direito à vida, assim como o desejo de fechamento de instâncias democráticas a serviço dos indivíduos considerados supérfluos e o apoio ao fundamentalismo imoral cristão compunham um rol de antipolíticas do governo de Jair Bolsonaro.

A aliança com a extrema direita americana, sob o governo de Donald Trump, acentuou o isolacionismo do país na política internacional, seja no sentido da ausência de protagonismo nos debates acerca da integração sul-americana, no descaso da questão climática global, no desejo de um BRICS sem a China, na pauta reacionária contra os direitos humanos, na hostilidade com os governos supostamente socialistas da Venezuela e Cuba, na aliança com a extrema direita de Israel, no desprezo pela problemática política do Oriente Médio e no recuo da agenda Sul-Sul. A geopolítica caminhava para posicionar o Brasil como *pária internacional* (MARINGONI *et al.* (2021).

De acordo com Maringoni *et al.* (2021) da tentativa de um antiglobalismo espúrio, o bolsonarismo se dirigiu a um pragmatismo neoliberal. A ameaça de saída do Acordo de Paris não saiu das intenções. As animosidades com a China, por influência de Donald Trump, foram deixadas de lado em face da importância capital da China na balança comercial brasileira, nos investimentos chineses em



infraestrutura e na pauta estratégica da Internet 5G, liderada pela Huawei chinesa. Diante da *fábrica do mundo chinesa*, o Brasil se confirmava como *celeiro do mundo* nas relações bilaterais com o imperialismo chinês, por meio do tripé soja, minério e petróleo. A reunião dos BRICS, em novembro de 2019, foi acompanhada de pedidos de desculpas do governo brasileiro às autoridades chinesas.

Os argumentos contra o globalismo entraram em contradição não só com a China, mas também com os avanços na consolidação do bloco comercial Mercosul-União Europeia e na reivindicação de entrada na OCDE, ou seja, na política de abertura comercial do país sob a labuta do neoliberal Paulo Guedes.

O nacionalismo também não se confirmou quando da aprovação do Acordo entre Brasil e EUA sobre o uso da base de lançamento de foguetes de Alcântara (MA). Ou seja, o projeto de soberania territorial da Pátria era mais uma retórica popular do que realidade, se pensarmos na privatização de empresas estatais, na perda de controle estratégico dos recursos naturais do país, como petróleo, minérios e biodiversidade, e na desregulamentação corrupta da fluidez do capital financeiro internacional.

ARGUMENTOS FINAIS

A ascensão da extrema direita no cenário político mundial tem sido objeto de análise por parte de diversos intelectuais em virtude dos impactos profundos nas democracias liberais modernas, sobretudo nas últimas décadas. Há uma espécie de revisionismo autoritário que possui faces particulares em várias nações. As democracias modernas têm sofrido fissuras, sobretudo no direito à pluralidade cultural e política.

No caso brasileiro, a conclusão a que chegamos é que a experiência da extrema direita bolsonarista possui uma natureza fundamentalista cristã, neoliberal, militarista e niilista acionada por um grupo de massa reacionário a qualquer projeto de avanço em direção à expansão da democracia social e política. A organização política desse grupo ocorre por meio de redes sociais formadas por indivíduos de diversas classes sociais unidos em torno de um imaginário político retroalimentado por teorias da conspiração, nostalgia de um passado idealizado, criação do mito do salvador da Pátria e pela unidade de uma consciência coletiva e política a serviço da negação de qualquer projeto social que advenha de grupos progressistas que defendem uma pauta de costumes mais democrática.

Em termos de antipolítica, a conclusão do estudo desvela que o bolsonarismo no território brasileiro promoveu esforços de destruição reacionária de direitos à sociobiodiversidade, à preservação dos biomas, aos direitos humanos de identidades plurais e à conquista de novos territórios indígenas,



quilombolas, sem-terra e demais grupos de uso coletivo da terra. A destruição ainda se inscrevia num quadro de desmonte da política habitacional para os mais pobres e de recuo nos esforços para uma democracia social ampla no território por meio do silenciamento das desigualdades entre as classes sociais do país em termos econômico, sociocultural e socioespacial.

De fato, o bolsonarismo trocou a biopolítica de bem-estar por uma campanha anti-vacinação contra a Covid-19, exemplo claro de antipolítica. Além disso, observam-se a desconfiguração ou desmonte de políticas públicas de atendimento à saúde, educação, saneamento e de resíduos industriais, de habitação popular, de apoio à agricultura familiar [responsável pela soberania e segurança alimentar], de cuidado com as populações tradicionais, assim como a expansão do desmatamento em detrimento da biodiversidade e das gerações futuras, a retomada do agravamento da fome e miséria tanto em áreas urbanas quanto rurais desassistidas e o desprezo pela vida das populações originárias.

Por ora, *a ilusão reacionária* foi interrompida. Mas o espectro do bolsonarismo ronda o território do país em latência. O *mal-estar neoliberal cristão fundamentalista* só revela a crise civilizatória que passamos no Brasil. O problema é que a esquerda política brasileira ainda não sabe como romper com a bolha dos grupos reacionários bolsonaristas. Esses grupos já controlam as redes sociais com extrema eficiência. A simples troca de mensagens de whatsapp entre a própria esquerda não deve alterar em nada a situação em curso. Como romper as bases dos mitos e mitologias do bolsonarismo junto aos grupos ligados a um fundamentalismo religioso, à militarização da segurança e à recusa do Estado de direito democrático? A resposta requer um esforço analítico que deixamos em aberto para futuros estudos acerca dessa problemática

A luta política por democracia social deve sinalizar para o fim da classe social dos escravizados da acumulação neoliberal, a preservação dos biomas e para o direito às alternativas socioproductivas dos trabalhadores urbanos e do campo, das populações tradicionais, dos sem-terra e dos sem-teto dispersas no território brasileiro. Eis um desafio a ser enfrentado por uma via revolucionária inclusiva na qual a democracia sociopolítica e a sustentabilidade socioambiental sejam caminhos e metas incontornáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. P. “Os tribunais como máquinas de guerra do Estado fascista italiano em Alfredo Rocco e suas repercussões no pensamento e atuação política de Francisco Campos, o jurista do Estado Novo”. *Revista Estudos Institucionais*, vol. 7, n. 3, 2021.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.



ARIAS, E.; MARIE BURT, J. “The New Extreme Right in Latin America”. **Latin American Studies Association**, vol. 54, n. 4, 2023.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica**: a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Editora Todavia, 2020.

BALBIM, R. “A geopolítica das cidades e a nova agenda urbana”. **Ipea: Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, 2017.

BOBBIO, N. **Derecha e izquierda**: razones y significados de una distinción política. Santillana: Taurus, 1995.

BOHOSLAVSKY, E.; BROQUETAS, M. “Latin America’s New Right Wings: Shifting Ideologies, Transnational Ties”. **NACLA Report on the Americas**, vol56, 2024.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

CARRANZA, B.; TEIXEIRA, A. C. C. “Ultraconservadorismo católico: mimesis dos mecanismos da erosão democrática brasileira”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 119, 2023.

CHRISTIE, E H. “Political subversion in the age of social media”. **European View**, vol. 18, n. 1, 2019.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

DUARTE, K. A. “Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema direita no Brasil”. **Serviço Social e Sociedade**, vol. 146, n. 3, 2023.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**: A revolta contra a democracia liberal. São Paulo: Editora Record, 2021.

ESCOFFIER, S.; PAYNE, L. A.; ZULVER, J. “Introduction: The right against rights in Latin America”. *In*: PAYNE, L. A.; ZULVER, J.; ESCOFFIER, S. (eds.). **The Right against Rights in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2023.

FAROOQ, G. “Politics of Fake News: how WhatsApp became a potent propaganda tool”. **India: Media Watch**, vol. 9, n. 1, 2018.

FIESCHI, C. **Populocracy**: the tyranny of authenticity and the rise of populism. Comparative Political Economy. London: Agenda Publishing, 2019.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e a análise do ego**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976

GENTILE, E.; FELICE, R. **A Itália de Mussolini e a origem do fascismo**. São Paulo: Editora Ícone, 1988.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.

HAN, B. C. **No enxame**: perspectiva do digital. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.



HARRIS, B. “Brazil’s Conservative Carnival Tries to Put on Brave Face in Era of Resurgent Left”. **Financial Times** [2023]. Disponível em: <www.ft.com>. Acesso em: 18/03/2024.

IPAM - Instituto de Pesquisa da Amazônia. “Florestas Públicas não destinadas e grilagem”. **IPAM** [2021]. Disponível em: <www.ipam.org.br>. Acesso em: 12/11/2023.

KALTWASSER, C. R. “The Far-right in Latin America: definitions and explanation”. **The European Consortium for Political Research** Staré Město: Charles University, 2023.

KLEMPERER, V. **LTI - A linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.

LACERDA, M. “Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro”. **Religião e Sociedade**, vol. 42, 2022.

MACHADO, R. “Zaratustra, tragédia nietzschiana”. **Youtube** [1997]. Disponível em: <www.youtube.com.br>. Acesso em: 18/03/2024.

MAIA, T. A. “Negacionismo histórico e emergência da extrema direita A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022)”. **Varia Historia**, vol. 39, n. 81, 2023.

MAPBIOMAS. **Relatório anual do desmatamento no Brasil**. São Paulo: MAPBbiomas, 2022.

MARINGONI, G. *et al.* **As bases da política externa bolsonarista**. Santo André: Editora da UFABC, 2021.

MUDDE, C. **A extrema direita de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2022.

MUSSOLINI, B.; GENTILE, G. **A doutrina do fascismo**. São Paulo: Editora Lebook, 2020.

NIETZSCHE, F. **A vontade de poder**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

O’NEIL, C. **Algoritmos de Destruição em Massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.

OLIVEIRA, A. E. C. “2021 em contraponto ao projeto de morte e suas crises, a mobilização da Esperança”. CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Violência contra os povos indígenas do Brasil**. Brasília: CNBB, 2022.

REICH, W. **Psicologia das massas do fascismo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1980.

REIS, D. A. “Notas para compreensão do Bolsonarismo”. **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 46, 2020.

SALGADO, C.; CASARÕES, G.; ZARAKOL, A. “Forum: Populist Radical Right & Illiberal Foreign Policymaking”. **Contexto Internacional**, vol. 45, 2023.

SASSOON, D. **Mussolini e a ascensão do fascismo**. São Paulo: Editora Agir, 2009.

STUMM, M. “As entrelinhas do debate público sobre economia e política no Brasil”. **Blog Nuances** [2020]. Disponível em: <www.nuancesblogcom.com>. Acesso em: 15/01/2024.

TAKEMOTO, S. “Desmonte da Caixa Econômica Federal coloca em risco programas sociais”. *In*: SANTOS JÚNIOR O. A.; MOROSO, K. (orgs.). **Dossiê de Monitoramento das Políticas Urbanas**



Nacionais 2021: direito à cidade e reforma urbana em tempos de inflexão conservadora. Rio de Janeiro: Editora dos Autores, 2021.

TEITELBAUM, B. R. **Guerra pela eternidade:** o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

TEIXEIRA, M. M.; MONTEZUMA, T. F. “Mapeando os conflitos por água no Brasil: principais indicadores, sinais de alerta e ameaças para a defesa das águas como bens comuns”. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Brasília: CPT, 2022.

VOMMARO, G. “La ultraderecha en Argentina: Entre el oportunismo y la innovación de Milei”. **Fundación Friedrich Ebert** [2023]. Disponível em: <www.fes.de>. Acesso em: 21/03/2024.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 51 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima